

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.276 - PE (2016/0162405-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
**RECORRENTE** : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PERNAMBUCO  
**ADVOGADO** : CLETO ARLINDO DA COSTA ALBUQUERQUE E  
OUTRO(S) - PE014568  
**RECORRIDO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pela **Universidade Federal Rural de Pernambuco** com fundamento no art. 105, III, *a* da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 525/526):

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. DEVOLUÇÃO DE PSS. INATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. CONTADORIA DO JUÍZO. EXCESSO. PRESCRIÇÃO. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. LIMITAÇÃO.*

*1. Executa-se a devolução da contribuição do PSS incidente sobre os proventos dos inativos entre a data da concessão da liminar, em mandado de segurança, e a data da cessação do recolhimento indevido, com base na MP nº 1.463/96.*

*2. Não há afronta às Súmulas nº 269 e 271 do Colendo STF a propositura de execução nos autos de ação mandamental onde se busca o ressarcimento de valores descontados entre a impetração e o cumprimento da sentença proferida nos autos do mandamus. Nada impede a execução dos valores descontados a título de contribuição para o PSS entre a data impetração e a data de sua cessação.*

*3. A Universidade embargante tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda uma vez que possui competência para proceder aos comandos de pagamento de salários e benefícios previdenciários de seus servidores, visto ser autarquia federal dotada de personalidade jurídica própria, distinta da União Federal.*

*4. In casu, a decisão que reconheceu o direito dos apelantes a não sofrerem o desconto da denominada contribuição para o Plano de Seguridade Social - PSS em seus vencimentos, proferida nos autos de mandado de segurança nº 96.011046-8, transitou em julgado em data do dia 21/03/2000, conforme aduzido na certidão de fls. 41, tendo o sindicato substituto promovido a execução coletiva daquele decisum em data do dia 09/11/2001, conforme aduzido pela sentença ora vergastada, sendo certo*

# Superior Tribunal de Justiça

que, posteriormente, o MM. Magistrado sentenciante determinou que a secretaria da unidade judiciária procedesse ao desmembramento dos autos da execução coletiva, de maneira a agrupar os exequentes em número de dez, por cada feito, no intuito de otimizar o trâmite processual. Neste diapasão, observo que não se pode atribuir a inércia na marcha processual do feito executório aos embargados quando há determinação judicial para que se proceda ao desmembramento do feito coletivo, circunstância procedimental que demandou tempo para sua efetivação, haja vista que, na hipótese dos presentes autos, os exequentes lograram requerer, em tempo hábil, que a parte executada se manifestasse acerca dos valores relativos ao quantum debeatur, vale dizer, dentro do quinquênio contado a partir do trânsito em julgado da ação principal.

5. A liminar foi concedida em set/96, no entanto, os impetrantes executaram apenas os valores devidos relativos ao período de ago/97 a mar/98, portanto não pode o juízo a quo contemplar período anterior não requerido (out/96 a jul/97).

6. Apelação da UFRPE parcialmente provida.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 267, VI e 580 do CPC. Defende a inexistência de título executivo judicial, porquanto *uma questão é a determinação judicial imposta na sentença para que a Universidade deixasse de proceder com os descontos para a seguridade social; outra, completamente diversa, significa a Universidade ter de reembolsar os embargados/recorridos pelos descontos realizados, somente pelo fato de a sentença do mandado de segurança ter reconhecido a ilegalidade dessa exação (objeto da execução ora embargada)* (fl. 553). Aduz que os embargantes são carecedores do direito de ação em decorrência da ausência de interesse de agir, fato que enseja a extinção da execução. Menciona ser pacífico o entendimento da doutrina e jurisprudência no sentido de que o Mandado de Segurança não se presta a servir de sucedâneo para ação de cobrança (fl. 555). Afirma ser parte ilegítima a figurar no polo passivo da execução, na medida em que apenas efetivou a exação, mas em benefício da União, a qual deveria responder, em tese, pelos valores que os recorrido/embargados buscam reaver (fl. 561), e considerando que o objeto da ação mandamental transitada em julgado e o da ação de execução ora embargada são distintos, não operando, entre estas, os efeitos da coisa julgada (fl. 562), não se há falar em preclusão.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A irresignação comporta acolhida.

Com efeito, este Superior Tribunal assenta entendimento no sentido de que a Universidade Federal de Pernambuco é parte ilegítima para figurar no polo passivo de ação executiva na qual se busca a repetição de valores descontados a título de contribuição para o PSS, tidos por indevidos em sede de mandado de segurança, pois agia apenas como substituto tributário, sendo as contribuições destinadas à União.

Nesse sentido, confirmam-se:

**TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. REGIME PRÓPRIO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. EXECUÇÃO. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. SUJEIÇÃO PASSIVA. ILEGITIMIDADE DA UFPE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, ART. 535, II, DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.**

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. A indicada afronta dos arts. 458, II, 467, 468, 472, 474, e 568 do CPC não pode ser analisada, pois o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre esse dispositivo legal. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

3. Cuida-se, na origem, de Embargos à Execução ajuizados pela Universidade Federal de Pernambuco - FPE nos quais esta pede seja declarada parte ilegítima para figurar no polo passivo do feito executivo em que se pretende cobrar o indébito tributário.

4. A Execução decorre de sentença proferida em Mandado de

# Superior Tribunal de Justiça

*Segurança impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco - Sintufepe, na condição de substituto processual, visando a impedir que a UFPE continuasse a descontar dos vencimentos dos substituídos a contribuição para o custeio de regime próprio de previdência.*

5. *Depreende-se do acórdão recorrido que a decisão transitada em julgado, de natureza mandamental, impediu que a autoridade coatora continuasse a proceder no desconto da contribuição por ocasião do pagamento dos vencimentos. Não houve determinação para que o substituto legal tributário se responsabilizasse pela restituição do indébito.*

6. *A UFPE agia apenas como substituto legal tributário no recolhimento das contribuições previdenciárias, e não como sujeito ativo da relação jurídico-tributária. Nesse caso, a União, a quem as contribuições eram destinadas, é a legitimada passiva para a demanda em que se pleiteia a restituição tributária.*

7. *Tal orientação está alinhada à ratio que inspirou os seguintes precedentes: REsp 1.152.707/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 18.2.2010; REsp 1.059.355/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 1º.9.2008; REsp 1.083.005/PB, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 30.11.2010.*

8. *Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1.518.772/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/4/2015, DJe 21/5/2015).*

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS. LEGITIMIDADE DA UFPE. .**

1. *É uníssono o entendimento de que universidade federal, organizada sob regime autárquico, não possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda na qual se postula a repetição de indébito de valores recolhidos ao Plano de Seguridade do Servidor Público (PSS).*

2. *Agravo Regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1.427.426/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/05/2014).**

**TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ILEGITIMIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. *"A Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, como pessoa jurídica, é obrigada a descontar e recolher a contribuição, repassando-a à União. Assim, não é parte legítima*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*a ser demandada para discutir eventuais excessos de exigência fiscal, tampouco há ofensa a coisa julgada" (AgRg no AREsp 224.692/PE, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJe 29/11/12).*

*2. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1.418.353/PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 8/4/2014, DJe 25/4/2014).**

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. UFPE. SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO. ILEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA AÇÃO EXECUTIVA. VIOLAÇÃO DOS DO ARTS. 458, II, 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE ESPELHA A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.**

*1. Inexiste violação dos arts. 458, II, e 535, II, do CPC quando o acórdão questionado apresenta, de forma inequívoca, fundamentação sobre as questões necessárias ao deslinde da controvérsia.*

*2. A Universidade Federal de Pernambuco, na qualidade de substituto tributário, é parte ilegítima para figurar no polo passivo da execução que tem por finalidade a devolução de valores descontados a título de contribuição para o PSS reconhecidos em sede mandamental que foram repassados à União.*

*3. Na hipótese em foco, deve ser voltada a pretensão executiva contra a União por ser este o sujeito ativo da relação jurídico-tributária. Precedentes: AgRg no AREsp 92.280/PE, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 23/4/2012, AgRg no REsp 1.134.972/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 31/5/2010, AREsp 217.601/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJ de 27/8/2012, AREsp 199.169/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 16/8/2012.*

*4. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 165.656/PE, PRIMEIRA TURMA, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe de 24/9/2012).**

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. UFPE. SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO. ILEGITIMIDADE PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA AÇÃO EXECUTIVA. VIOLAÇÃO DOS DO ARTS. 458, II, 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE ESPELHA A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.**

*1. Inexiste violação dos arts. 458, II, e 535, II, do CPC quando o*

# *Superior Tribunal de Justiça*

acórdão questionado apresenta, de forma inequívoca, fundamentação sobre as questões necessárias ao deslinde da controvérsia.

2. A Universidade Federal de Pernambuco, na qualidade de substituto tributário, é parte ilegítima para figurar no polo passivo da execução que tem por finalidade a devolução de valores descontados a título de contribuição para o PSS reconhecidos em sede mandamental que foram repassados à União.

3. Na hipótese em foco, deve ser voltada a pretensão executiva contra a União por ser este o sujeito ativo da relação jurídico-tributária. Precedentes: AgRg no AREsp 92.280/PE, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 23/4/2012, AgRg no REsp 1.134.972/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 31/5/2010, AREsp 217.601/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJ de 27/8/2012, AREsp 199.169/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 16/8/2012.

4. Agravo regimental não provido.

(**AgRg no AREsp 165.656/PE**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 24/09/2012).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA RETENÇÃO. LEGITIMIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL. PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. LEGITIMIDADE DA UNIÃO. IMPETRAÇÃO APENAS CONTRA A AUTARQUIA.

1. A fonte de validade da contribuição social destinada ao custeio do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais é extraída, atualmente, dos arts. 40, caput, 149, caput, e 195, inc. II, da Constituição da República (CR/88). Desses dispositivos se infere que a instituição do tributo é de competência da União, sendo a prestação descontada diretamente dos vencimentos dos servidores e repassada ao Fundo Previdenciário da União. Ademais, a União também é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários (art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 10.887/2004).

2. A entidade ou o órgão ao qual esteja vinculado o servidor é responsável apenas pelo recolhimento da contribuição, que é repassada para a União, não integrando tais exações o patrimônio da pessoa jurídica responsável pela retenção.

3. In casu, trata-se de mandado de segurança impetrado contra o reitor da Universidade Federal de São Paulo e que tem por objeto tanto a restituição do indébito tributário relativo à cobrança de contribuição previdenciária, como a suspensão das

# Superior Tribunal de Justiça

*retenções.*

*4. A entidade autárquica tem legitimidade por lhe competir reter a exação questionada dos vencimentos dos servidores e repassar para a União Federal.*

*5. Todavia, em relação à repetição do indébito tributário, a entidade autárquica não pode ser responsabilizada. É a União Federal que detém a legitimidade para figurar no polo passivo de demanda voltada à repetição do indébito, na qualidade de sujeito ativo do tributo e por ter recebido os valores indevidamente retidos dos vencimentos dos servidores, em razão de sua responsabilidade pelo custeio do regime próprio de previdência. Neste ponto, correta a decisão do Tribunal de origem.*

*6. Legitimidade da Universidade Federal de São Paulo reconhecida para figurar na lide apenas em relação ao pedido de suspensão das retenções.*

*7. Agravo regimental parcialmente provido.*

**(AgRg no REsp 1.134.972/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJ de 31/5/2010).**

**ANTE O EXPOSTO**, dou provimento ao recurso especial da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO** para reconhecer sua ilegitimidade passiva *ad causam*. Determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja fixada a verba honorária na forma do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator